



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Departamento de Prática Jurídica

Ficha 2 (variável)

Disciplina: PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL Código: DIR412

Natureza:
(X) Obrigatória () Semestral (X) Anual () Modular
() Optativa

Pré-requisito: Co-requisito: Modalidade: (X) Totalmente Presencial () Totalmente EAD () Parcialmente EAD: _____ *CH

CH Total: 150h CH Semanal: 5h Prática como Componente Curricular (PCC): Atividade Curricular de Extensão (ACE): 70h	Padrão (PD): 125h	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR): 25h	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
---	----------------------	----------------------	-------------	---------------	------------------------	-----------------------------	---

EMENTA

PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL. ACESSO À JUSTIÇA. PRÁTICAS EXTENSIONISTAS. CLÍNICAS JURÍDICAS. A ADVOCACIA NOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA. ESTRATÉGIAS DE LITIGÂNCIA. ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA

PROGRAMA

1. Apresentação da disciplina
2. Análise de feitos judiciais patrocinados pelo Departamento de Prática Jurídica I
3. Análise de feitos judiciais patrocinados pelo Departamento de Prática Jurídica II
4. Contato com usuários e elaboração de petições I
5. Contato com usuários e elaboração de petições II
6. A prática extensionista – conceitos e fundamentos
7. Preparação das atividades extensionistas

8. Realização das atividades extensionistas
9. Clínicas Jurídicas I
10. Clínicas Jurídicas II
11. Assessoria Jurídica Gratuita
12. Entrega do relatório final da disciplina

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, integrando o conhecimento teórico-crítico à atuação prática, bem como propiciar ao discente o exercício da assessoria jurídica e integrá-lo em práticas de extensão universitária.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Dominar a técnica de elaboração das principais peças processuais. Compreender a dinâmica da prática jurídica cível nas estratégias de litígios. Exemplificar os aspectos éticos profissionais. Realizar a prática jurídica por meio de Clínicas Jurídicas.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A disciplina será desenvolvida mediante a realização das seguintes atividades: assessoria jurídica e extensão universitária; aulas práticas de elaboração de peças processuais; elaboração de petições e acompanhamento processual; realização de processo simulado; pesquisa de jurisprudência.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Ao final da disciplina os alunos deverão apresentar um relatório consolidado de todas as atividades desenvolvidas.

Sistema de avaliação – média das atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BARRY, Margaret Martin e DUBIN, Jon C. e Joy, Peter A., Clinical Education for this Millenium: The third wave. Clinical Law Review. Clinical Law Review, vol. 7: 1, 2000, Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2548228>

CARRIO, Genaro. Como estudar y como argumentar um caso. <https://lpderecho.pe/pdf-como-estudiar-y-como-argumentar-un-caso-de-genaro-r-carrio/>

FRANK, Jerome. Why not a clinical lawyer-school? University of Pennsylvania Law Review, 81(8):907-923. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5092&context=fss_papers

HIRAI, Cassia Miho Nakano. Clínicas jurídicas na FGV Direito SP: relatos de uma década de aprendizados e experiências de ensino. São Paulo : FGV Direito SP, 2020. 103p. https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/clinicas_de_praticas_juridicas_e-book.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito técnica, decisão, dominação; São Paulo: Atlas, 2003.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PERELMAN, Chaim. Retóricas; São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: A nova retórica. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Como decidem as cortes?: para uma crítica do direito (brasileiro). São Paulo: FGV, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Gerenciamento de Processos Judiciais. São Paulo: Saraiva, 2010.



Documento assinado eletronicamente por **TAYSA SCHIOCCHET, VICE / SUPLENTE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PRATICAS JURIDICAS - JD**, em 05/05/2022, às 20:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO BENGHI DEL CLARO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/05/2022, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4483483** e o código CRC **6B5FB9B2**.